

A HISTORIOGRAFIA AÇORIANA  
UMA PERSPECTIVA



# ACERCA DA HISTORIOGRAFIA AÇORIANA

por

AVELINO DE FREITAS DE MENESES\*

Afora todas as dúvidas que, com alguma razão, discutem a iniciativa e o tempo do descobrimento e que, sem nenhuma razão, discutem a iniciativa e o tempo do povoamento, é verdadeiramente a expansão quatrocentista portuguesa que coloca os Açores na marcha da civilização, pois motiva a ocupação humana, propiciadora da arroteia e do desenvolvimento. Deste modo, o arquipélago conta efetivamente com pouco mais de meio milénio de história. Por isso, ainda resta a dúvida sobre se o decurso de tal tempo constitui sustentáculo suficiente da criação de uma historiografia açoriana relativamente diferenciada das congéneres portuguesa e atlântica.

O reconhecimento de uma qualquer historiografia demanda a observância de duas condições: a individualização de um objeto específico e a existência de uma investigação contínua. Nestas circunstâncias, a identificação de uma historiografia açoriana obriga ao exercício de uma reflexão sobre a especificidade açoriana e a produção de bibliografia.

Em meados do século XIX, o investigador micalense José Torres considera os Açores "... uma sociedade portuguesa sim, mas contornada a capricho, com sombras e claros seus, com paixões e tradições suas, que dão à sua história civil, política e religiosa um certo grau de interessante originalidade". Em 1932, Vitorino Nemésio, eminente pensador das ilhas, de Portugal e do Mundo, procede à definição do difuso conceito de açorianidade, que é afinal o desfecho de uma vivência de mais de cinco séculos num ambiente diverso do continental, resultante de uma evolução peculiar da história, porque demasiado condicionada pelo caráter da geografia. Porém, a identidade açoriana é por natureza muito complexa. Por vezes, equivale mesmo à negação da verda-

---

\* Professor Catedrático da Universidade dos Açores.

Investigador Associado do CHAM-Universidades Nova de Lisboa e dos Açores.

Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores.

deira singularidade. O posicionamento privilegiado no Atlântico Norte, favorecido pelo determinismo do mar e pelas condições da navegação, transforma os Açores em meio de aproximação dos continentes, isto é, em sinónimo de universalidade. O afastamento do Mundo e a descontinuidade do território convertem os Açores em agente da cristalização de comportamentos, isto é, em sinónimo de isolamento. Nestas circunstâncias, o objeto da historiografia açoriana é definível, mas caracteriza-se muito mais pela pluralidade do que propriamente pela unidade.

O complexo da açorianidade obriga à prossecução de uma pluralidade de objetivos, que ressalta da verificação dos planos de pesquisa histórica. A participação muito ativa na construção do mundo atlântico impõe a integração das investigações açorianas nas categorias mais universais do saber. A individualização de idiosincrasias, próprias da divisão do arquipélago em nove parcelas muito desiguais, aconselha à realização de estudos de incidência local. Em 1979, por altura da publicação do seu livro *O Arquipélago dos Açores no Século XVII: aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Maria Olímpia da Rocha Gil reconhece a indispensabilidade do desenvolvimento da investigação do passado açoriano em duas linhas ao mesmo tempo dissemelhantes e convergentes: "... em primeiro, aquela que nos leva a considerar que a história do arquipélago se integra no longo processo da história do Atlântico; em segundo lugar, a que se orienta para o estudo da evolução histórica local tendo em conta as características que lhe são próprias". No entanto, desde tempos quase imemoriais, diversos cronistas e historiadores evidenciam um entendimento muito semelhante, que certifica a complexidade dos trabalhos históricos insulares. A comprová-lo, atentemos nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, redigidas logo no termo do século XVI, que relevam de uma assentada as especificidades locais, as correlações com os demais arquipélagos da Macaronésia e o envolvimento nas dinâmicas do Atlântico.

Nos Açores, a produção de bibliografia regista o incessante cultivo da História, da era de quatrocentos, talvez quinhentos, aos nossos dias. Até ao século XVIII, ressalta o predomínio da cronística e da clerezia. Com efeito, sobressaem cinco nomes e cinco obras: Gaspar Frutuoso e as *Saudades da Terra*, Diogo das Chagas e o *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Manuel Luís Maldonado e a *Fénix Angrence*, Agostinho de Montalverne e as *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, e António Cordeiro e a *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas*

*no Oceano Occidental*. Talvez que a esta coleção de crónicas acresça mais um nome e mais uma obra: Francisco Afonso Chaves e Melo e *A Margarita Animada*.

As *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso avultam neste conjunto de crónicas. Na verdade, constituem a principal realização historiográfica açoriana de todos os tempos, que hoje evidencia incorreções e desajustamentos, apenas decorrentes da sucessão de mais de quatro séculos de progresso das ciências históricas. De facto, o clérigo micalense utiliza uma metodologia de rigorosos contornos científicos, estribada na permanente busca da verdade. Em matéria historiográfica, Gaspar Frutuoso como que procede à antecipação do método científico, já que sobreleva a observação direta minuciosa, o gosto pelo documento, a seleção de fontes e de testemunhos credíveis, a experimentação rudimentar e a interpretação prudente. Além disso, evidencia grande atualização, bem perceptível na análise do conjunto dos autores citados, tanto portugueses, como estrangeiros, e na adoção de uma perspetiva enciclopédica renascentista, talvez consequente da frequência da Universidade de Salamanca. Desta forma, as *Saudades da Terra* superam a qualidade das crónicas posteriores, pois primam por maior exatidão e menor recurso às explicações miraculosas.

A *História Insulana* do Padre António Cordeiro também suscita atenção, já que foi publicada logo em 1717, ao invés das demais crónicas que só o foram muito recentemente, tendo por isso permanecido muito tempo como a única História dos Açores. É nítida a inspiração e até quase que a reprodução das *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, cujo manuscrito se achava na biblioteca do convento dos jesuítas em Ponta Delgada. Assim, sendo António Cordeiro um dos jesuítas, com muita facilidade, teve acesso ao texto frutuossiano. Porém, a *História Insulana* evidencia um propósito de intervenção cívica, contra a ineficácia e talvez até a injustiça da administração açoriana. Na verdade, destacam a proeminência das ilhas no Ultramar português e a cooperação das ilhas nas grandezas de Portugal, que justificam a reivindicação de um tratamento mais justo por parte da coroa portuguesa, nomeadamente, o reconhecimento da necessidade de uma nova organização político-administrativa, que facultasse a participação dos insulanos na definição do seu próprio destino. Por tudo isto, até se considera, com exagero ou não, o padre Cordeiro como precursor das reivindicações autonómicas que emergem no decurso de oitocentos.

No século XIX, sobressaem as influências do liberalismo e do positivismo, que motivam a transformação da História de crónica em ciência. Assim, também nos Açores, a era de oitocentos corresponde ao século da História. Na verdade, a laicização da escrita histórica e a valorização da pesquisa documental constituem importantes avanços da historiografia oitocentista. Ao invés, o comprometimento político, que resulta da participação de muitos autores nas lutas liberais e da obediência à nova realidade administrativa fragmentária decorrente da criação dos distritos, relativiza a validade de muitas conclusões, já que em vez dos estudos sobre o arquipélago imperam agora os estudos sobre ilhas ou conjuntos de ilhas.

Apontemos apenas dois exemplos, embora particularmente significativos. Por meados da centúria, o terceirense Francisco Ferreira Drummond publica os *Anais da Ilha Terceira*, um verdadeiro monumento de pesquisa e de reflexão, que alia aos propósitos de divulgação cultural a extrema valorização dos documentos. Posteriormente, sobretudo em S. Miguel, a recolha sistemática de fontes, de documentos e até de curiosidades motiva a organização das *Variedades Açorianas* de José Torres, das *Escavações* de Francisco Maria Supico, mas sobretudo do *Arquivo dos Açores*, dirigido por Ernesto do Canto.

O *Arquivo dos Açores* é uma miscelânea de estudos e de documentos, que equivale a um marco historiográfico semelhante à crónica frutuosiense. O periódico herda a crítica e a erudição dos séculos XVII e XVIII, agora beneficiadas pelo rigor da metodologia, que facilita a busca da verdade. Do mesmo modo, as opções por temas e por cronologias também evidenciam alinhamento com as principais tendências historiográficas portuguesas e europeias do tempo. O inventário e a publicação de fontes, geralmente determinados por critérios de maior antiguidade e raridade, inserem-se na linha da sobrevalorização do documento, própria da era de oitocentos. Desta senda de maior rigor, brota a eleição da monografia, mais propícia à identificação de todos os detalhes. Além disso, o propósito de alargamento do âmbito da investigação sustenta o fascínio das origens, que releva os aspetos mais exóticos, arcaicos e longínquos, mormente, as problemáticas da descoberta e do povoamento, e fomenta o tratamento dos assuntos contemporâneos, que converge na análise das revoluções liberais. Nos Açores, esta perspetiva até sobreleva a participação das ilhas na definição dos destinos de Portugal, constituindo um importante estímulo de investigação.

A renovação da historiografia constitui o principal propósito da publicação do *Arquivo dos Açores*, iniciada em 1878. Aliás, uma nota da redação do novel periódico define por prioridade a criação das condições indispensáveis à elaboração de uma *História dos Açores*, isenta dos erros e das omissões do passado, perpetuados pela incipiência da investigação. Entre 1878 e 1892, Ernesto do Canto assegura a publicação regular do *Arquivo dos Açores*, traduzida na edição dos primeiros doze volumes. Depois, sobrevêm a interrupção do projeto, quase coincidente com o crepúsculo existencial do próprio Ernesto do Canto, extinto em 1900, e com a irrupção das pugnas autonómicas, que então preenchem a reflexão da intelectualidade micalense mais ilustrada. De facto, só o virtuosismo de intelectuais novecentistas, por exemplo, Francisco Afonso Chaves e Manuel Monteiro Velho Arruda, permite o surgimento dos três últimos volumes, nos anos de 1920, 1927 e 1959. Contudo, a utilidade da coletânea para a escrita da História ultrapassa em muito o âmbito cronológico da sua impressão. Por isso, a partir da data da suspensão, surge uma espécie de reivindicação coletiva, que demanda com insistência o prosseguimento da coleção. Aliás, logo em 1903, no âmbito da Sociedade de Geografia de Lisboa, a continuação da iniciativa de oitocentos ressalta como melhor forma de rememoração de Ernesto do Canto. Neste contexto, sucedem os intentos de prossecução da obra que, no princípio da década de 1970, convergem na organização fugaz de um *Arquivo Açoriano*, apresentado sob a forma de *Enciclopédia das Ilhas dos Açores*. De seguida, a criação da Universidade dos Açores move a retoma da ponderação do projeto, que então equivale à melhor comemoração da passagem do 1.º centenário da realização oitocentista de Ernesto do Canto. Assim, a consideração do préstimo e da raridade determina a reedição do *Arquivo dos Açores*, entre 1980 e 1984, inscrita entre as principais iniciativas de extensão cultural da novel instituição universitária açoriana. Ademais, o intento persistente da renovação da historiografia aconselha a programação de uma 2.ª série do *Arquivo dos Açores*, com cinco volumes já editados, entretanto, convertida em coletânea documental, mais apropriada ao cumprimento do primitivo espírito de clarificação do passado, através do inventário e da transcrição de documentação rica e dispersa, que faculte o acréscimo e a revisão dos saberes.

No século XX, a escrita da História manifesta, a princípio, a influência de diversos movimentos políticos e ideológicos, nomeadamente, a autonomia, o republicanismo e o nacionalismo, que marcam decisivamente o sentido

da narrativa. No entanto, sucedem as iniciativas de relevo, designadamente, as de cariz coletivo, por exemplo, as celebrações do 4.º centenário do nascimento de Gaspar Frutuoso em 1922 e do 5.º centenário do descobrimento dos Açores em 1932, a realização do Congresso Açoriano de Lisboa em 1938, as criações do Instituto Histórico da Ilha Terceira em 1942, que possui por órgão de expressão científica o respetivo *Boletim*, do Instituto Cultural de Ponta Delgada em 1943, que possui por órgão de expressão científica a revista *Insulana*, do Núcleo Cultural da Horta em 1954, que possui por órgão de expressão científica o respetivo *Boletim*, e do Instituto Açoriano de Cultura em 1955, que possui por órgão de expressão científica a revista *Atlântida*, mais dada aos temas literários, filosóficos e sociais. Ao mesmo tempo, em Ponta Delgada, Carreiro da Costa publicava o *Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores*. No caso do Instituto Histórico da Ilha Terceira, à data da sua criação em 1942, o presidente Luís da Silva Ribeiro define por missão a investigação histórica e etnográfica. Aliás, em 1956, Vitorino Nemésio dedica-lhe o *Corsário das Ilhas*, por considerá-lo “... alma e consciência da nossa ilha e dos Açores”. Todavia, alguns dos mais importantes contributos desta agremiação terceirense para o acréscimo do conhecimento histórico ocorrem nos anos 80 e 90, por via da organização dos colóquios internacionais “Os Açores e o Atlântico”.

Nos Açores, a meio da centúria de novecentos, a introdução de novas metodologias, sobretudo as da história económica, primeiro, experimentadas por Julião Soares de Azevedo e, posteriormente, desenvolvidas por Maria Olímpia da Rocha Gil, coexiste com a integração do arquipélago em estudos mais globais de história atlântica, da autoria de portugueses e de estrangeiros, como Magalhães Godinho, Pierre Chaunu, Frédéric Mauro e Bentley Duncan.

Após a revolução portuguesa de 1974, politicamente, os Açores transitam da adjacência para a autonomia. A criação da Universidade gera o maior progresso, fruto do desenvolvimento de todas as ciências, naturalmente que também da História. Todavia, a proximidade e o comprometimento desaconselham a realização de uma análise profunda, embora admitam a rememoração do papel de Artur Teodoro de Matos, que esboça um plano de intervenção, tendente à formação de quadros, à publicação de fontes e à multiplicação de teses e de monografias. É, entretanto, justo e seguro afirmar que é a criação da Universidade dos Açores que faculta a concretização do projeto histo-



riográfico mais reclamado – a redação de uma *História dos Açores*, embora concretizada na decorrência de uma iniciativa do Instituto Açoriano de Cultura e com a colaboração de historiadores de múltiplas paragens e formações. É certo que no passado muitas das crônicas são intentos de redação da história das ilhas. Porém, a partir do século XIX, o acréscimo das exigências científicas e metodológicas dificulta a realização da síntese histórica insular, dado o sensato reconhecimento da insuficiência da investigação, sempre incapaz de cobrir, com idêntico pormenor, a caracterização de todos os tempos e de todos os lugares. Nestas circunstâncias, a sumariação acabou muitas vezes por ser feita por autores mais afoitos, mas menos prudentes, geralmente pouco versados nas lides da recolha, do tratamento e da interpretação das fontes. À parte, duas iniciativas de maior critério, sintomaticamente associadas à Universidade dos Açores. A de Carreiro da Costa, que publica em finais dos anos 70, com chancela da própria instituição universitária açoriana, o *Esboço Histórico dos Açores*, uma espécie de sebenta da sua atividade de docente do Ensino Superior, e a de Susana Costa, que publica em 2008, com chancela do Governo dos Açores, e em parceria com a Universidade de Berkeley, em edição bilingue, que facilita a divulgação, *Açores: nove ilhas, uma história*, uma visão do nosso passado, com relativo acerto e certa utilidade, já que a uniformidade da descrição sempre supera as omissões e as ambiguidades do diferenciado domínio das matérias.

À semelhança do século XIX, ainda admitimos que a compreensão da história dos Açores exige a continuidade de uma investigação aturada, indispensável ao esclarecimento de espaços e de períodos menos contemplados pela investigação. Porém, ao contrário da crença de outrora no cientismo absoluto e intangível, hoje reconhecemos todos a relatividade do conhecimento, que obriga a um trabalho infinito e apaixonante de construção, desconstrução e reconstrução do saber. Por outras palavras, a comunidade científica sempre interiorizou o carácter provisório da síntese. Por isso, nos Açores, surgiu finalmente uma história das ilhas, publicada em 2008 pelo Instituto Açoriano de Cultura, com direção científica de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, talvez que inserida no movimento editorial que, no País, tem dado à estampa diversas histórias de Portugal, da Expansão Portuguesa e até dos nossos Reis e das nossas Rainhas. A novel *História dos Açores* é uma obra coletiva, que se distingue pelo aprofundamento dos temas, dado o grau de especialização dos colabora-

dores, mas que evidencia por certo uma menor uniformidade das partes, dada a diversidade da formação dos colaboradores. Trata-se, portanto, de uma referência de atualização, até que de novo, e oxalá que a breve trecho, o progresso do conhecimento obrigue a refazer esta versão do nosso passado<sup>1</sup>. Aliás, os pretextos não faltam! Por exemplo, o ainda diferenciado conhecimento das ilhas, sempre em prejuízo das mais pequenas e afastadas, talvez que agora minorado pela realização, desde 1993, por iniciativa do Núcleo Cultural da Horta, dos colóquios “O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XXI”, já com seis edições. Por exemplo, a necessidade de um *Dicionário de História dos Açores*, talvez que agora minorada pela organização da *Enciclopédia Açoriana*, mas indispensável na tarefa de precisar, com adequado desenvolvimento, determinados factos e personalidades deveras marcantes do suceder histórico açoriano.

Na génese deste ensejo de avigoramento e de renovação dos estudos de História, encontra-se, como se disse, a criação e a atividade da Universidade dos Açores, que sustenta a indispensável formação de quadros e o acréscimo de projetos e de publicações. Na Universidade dos Açores, o reconhecimento, desde um passado longínquo, da relevância económica e da utilidade estratégica, que conferem às ilhas preponderante individualismo, justifica o desenvolvimento de estudos superiores de História nas vertentes indissociáveis do ensino e da investigação. Na Universidade dos Açores, os planos curriculares de História repousam necessariamente na salvaguarda da universalidade e no equilíbrio da formação universitária, mas também no patrocínio de áreas disciplinares mais correlacionadas com o passado do arquipélago e do Atlântico. Além disso, a responsabilidade da Universidade dos Açores no domínio da investigação determina ainda o reforço da componente metodológica para munir os diplomados de adequada formação técnica. Após a implementação do denominado processo de Bolonha, estes objetivos não são alcançáveis no 1.º ciclo, isto é, na licenciatura, são sim alcançáveis nos 2.º e 3.º ciclos, isto é, no mestrado e no doutoramento. Daí a relevância do curso de mestrado em História Insular e Atlântica (séculos XV a XX), traduzida na defesa e na publi-

---

<sup>1</sup> O projeto de publicação de uma *História da Arte nos Açores (c. 1427-2000)*, da iniciativa da Secretaria Regional da Educação e Cultura, oxalá confira brevemente continuidade a este ímpeto de sintetização e de aclaramento do nosso passado, agora centrado nas manifestações artísticas, por força do alargamento da investigação.

cação de muitas dissertações, que ajudaram a transfigurar, para muito melhor, o conhecimento histórico dos Açores. Daí a maior relevância do curso de doutoramento em História Insular e Atlântica (séculos XV a XX), em funcionamento há menos tempo. Além disso, a participação da Universidade dos Açores, conjuntamente com a Universidade Nova de Lisboa, no Centro de Humanidades – CHAM, reconhecido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), equivale a um instrumento e a uma garantia de estímulo e de certificação da investigação. Finalmente, o comprometimento da Universidade no progresso da historiografia decorre também do estabelecimento de óbvia conexão com as demais ciências sociais e humanas, que naturalmente se cultivam no sobranse contexto universitário.

Em conclusão, é possível afirmar que a relativa identidade açoriana e a inequívoca tradição de pesquisa histórica constituem o objeto e a investigação imprescindíveis à individualização de uma historiografia açoriana. Ao longo dos séculos, gerações sucessivas desenvolvem com pertinácia estudos históricos de referência insular, hoje traduzidos na identificação de um rico acervo de bibliografia. Porém, a expressão historiografia açoriana demanda muita prudência na utilização. De facto, não corresponde a um ramo do saber totalmente independente, isto é, alheio às problemáticas dos mundos envolventes. Aliás, a sua principal característica reside no estabelecimento de correlações com as historiografias portuguesa e atlântica. A identificação de três fases na evolução da historiografia açoriana – até ao século XVIII e nos séculos XIX e XX – condiz aproximadamente com a própria periodização das historiografias de Portugal e dos arquipélagos da Madeira e das Canárias. Assim, no confronto com o exterior, são mais as semelhanças do que as diferenças, pelo que se impõe a obrigatoriedade das correlações. Além disso, a identidade açoriana não é de todo inequívoca. Com efeito, a sucessão do tempo não acentua propriamente as nossas diferenças. Na verdade, a globalização esbate especificidades muito genuínas e impõe uma uniformidade muito artificial. Do mesmo modo, a conexão dos factos do passado impede a individualização de historiografias totalmente independentes. Aliás, a influência de metodologias distintas e a identificação de propostas de reflexão divergentes dificultam a emergência de modelos historiográficos absolutos. Nestas circunstâncias, avulta até a dificuldade de definição de uma historiografia portuguesa, por via da usual correlação com o estrangeiro e das opções discrepantes dos nossos historiadores.

Nas ilhas, em vez de pretexto de acomodação, o cultivo constante da História representa, antes de mais, um estímulo de pesquisa e de reflexão, tendente à garantia de uma produção bibliográfica de maior consistência e atualização. Porém, o empenho dos açorianos pelo conhecimento do passado não assegura uma produção historiográfica sempre consistente e atualizada. De facto, sobressai a persistência de muitas carências, que reclamam uma ponderação coletiva, porque o desenvolvimento da historiografia hodierna não decorre do mero somatório de iniciativas individuais, forçosamente muito descoordenadas. Ademais, a pressão de paixões legítimas, em busca de consistente justificação, gera uma inquietação natural. Com efeito, a procura permanente da verdade constitui a metodologia exclusiva e suficiente para a compreensão do labor secular dos açorianos, de inquestionável utilidade para a construção do futuro. Independentemente da diferenciação das estratégias de ação, o principal procedimento consiste sempre na exploração mais sistemática dos acervos documentais, depositados numa multiplicidade de arquivos. Na realidade, os estudos sobre a história dos Açores implicam um esforço de investigação muito plural, que obriga à consulta de núcleos documentais relevantes, arrumados em depósitos muito diversos. Aliás, ao historiador dos Açores impõe-se a averiguação de fontes na Região, no continente e no estrangeiro, nomeadamente, na Europa e no Novo Mundo. Esta conjuntura contrária, uma vez mais, a identificação de uma historiografia insular alheia às problemáticas dos universos envolventes.

A individualidade do passado insular integra os Açores nas histórias de Portugal e das conexões euro-ultramarinas. Por isso, a historiografia açoriana beneficia também dos progressos externos, que relevam o papel do arquipélago nas dinâmicas políticas e geo-económicas da expansão atlântica. Ainda por cima, alguns historiadores de proveniência açoriana também favorecem o conhecimento do mundo exterior, ressaltando a marcante universalidade do saber. Porém, no arquipélago, o desenvolvimento da historiografia não constitui hoje monopólio da Universidade. Aliás, curiosamente, em Portugal, a materialização dos principais projetos historiográficos processa-se à margem das universidades até uma época muito recente. Deste modo, ambicionamos o reforço do contributo tradicional dos Institutos Culturais, que concretizam relevantes programas de publicações e de reuniões científicas. De igual forma, aguardamos o contínuo empenhamento dos poderes públicos na melhoria das condições de pesquisa, necessariamente desprovido de impulsos tutelares.